

# CEM ANOS DE ENSINO PROFISSIONAL DO BRASIL

*Y. Shimizu*<sup>1</sup>

A Editora IBPEX, de Curitiba-PR, lançou, no final de 2007, por iniciativa do professor Wilson Picler, presidente do Grupo Educacional Uninter, em edição ricamente encadernada com 460 páginas, a obra "Cem Anos de Ensino Profissional no Brasil", de autoria do professor doutor Osvaldo Vieira do Nascimento, para assinalar o transcurso do centenário da institucionalização do ensino profissional no País.

Como se trata de um tema muito raramente abordado nos programas de mestrado e de doutorado nas universidades brasileiras, tanto nas áreas de História da Educação, como nas de História da Técnica e da Tecnologia, cabe aqui uma síntese dos assuntos focalizados.

Osvaldo inicia o seu livro, abordando de modo sumário a evolução do ensino profissional, focalizando "en passant" os primórdios do ensino profissional no Brasil, a criação do Liceu de Artes e Ofícios, em 1858, no Rio de Janeiro, e do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

O capítulo terceiro focaliza o momento histórico da criação de 19 escolas de aprendizes artífices (uma em cada Estado), empreendida pelo presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto Federal nº 7566/09, de 23.09.1909, destinado aos meninos "desvalidos da sorte", dotando-as com prédios, oficinas, currículos e metodologia didática e pedagógica próprios e tinham como finalidade a formação de operários e contra-mestres, por meio do ensino de conhecimentos técnicos e práticos necessários para o exercício do ofício. Descreve o funcionamento e a evolução desses estabelecimentos e de outras instituições similares.

A evolução e as transformações do sistema de ensino profissional é o assunto explanado no quarto capítulo. Aqui, o autor discorre sobre as transformações sofridas pela sociedade brasileira, as mudanças introduzidas no ensino industrial, pelo Decreto-Lei nº 4 073/42, de 30.01.42, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Por meio desse dispositivo legal, o ensino industrial foi elevado para o nível médio. Assim, os alunos do primeiro ciclo (Curso Básico Industrial), além de estudarem os conteúdos do ensino propedêutico, praticavam uma profissão nas oficinas e nos laboratórios das escolas. Além disso, foram criados os cursos de aprendizagem industrial do SENAI.

O autor enfoca, então, no capítulo subsequente, a nova reformulação do ensino industrial, em 1959. Dentre as conseqüências das modificações introduzidas, verifica que o primeiro ciclo deixou de ter como objetivo o ensino completo de uma profissão e passou a ser um curso com características de primeiro ciclo secundário, embora com orientação técnica. Aí ele desenvolve a situação

---

<sup>1</sup> Editor executivo deste periódico e coordenador editorial da Editora UTFPR.

dos egressos do ensino industrial pela Lei Federal nº 4024 / 61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pela qual o ensino técnico passa a gozar sua condição de igualdade em relação ao ensino secundário.

Ele discorre, em seguida, acerca da implantação dos cursos técnicos industriais de nível médio, com quatro anos de duração, e a busca de equipamentos atualizados em seus laboratórios e oficinas, lançando no mercado de trabalho um plantel de técnicos industriais bem habilitados para exercer suas atribuições. Ao mesmo tempo, aborda a questão da pseudoprofissionalização do ensino propedêutico de segundo grau imposta pela Lei Federal nº 5692/71.

Nos capítulos sexto e sétimo, Osvaldo Nascimento aborda os estudos levados a efeito no Ministério da Educação sobre a criação dos cursos superiores de curta duração, a criação dos cursos de engenharia de operação, dos cursos superiores de tecnologia e dos cursos de engenharia industrial, a implantação e funcionamento dos centros federais de educação tecnológica, e a questão da formação de docentes para o ensino técnico de nível médio.

O capítulo oitavo é dedicado aos estudos, projetos e procedimentos levados a efeito pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, desde a elaboração do projeto, no segundo semestre de 1998, sua tramitação junto ao Ministério da Educação e no Congresso Nacional até a sua transformação em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pela Lei Federal nº 11 184/85, de 07 de outubro de 2005, e depoimentos de diversas personalidades de projeção nacional acerca da criação dessa nova instituição.

Como afirma o prefaciador, professor João Defreitas, "a imersão que Osvaldo faz, acerca do ensino profissional no Brasil, é de uma profundidade impressionante. Toca as questões sociais e contextualiza, paralelamente, os fatos sociais que nas várias ocasiões influenciaram o ensino profissional".

A obra, aqui comentada, preenche uma notória lacuna existente no contexto bibliográfico brasileiro, não apenas pelo fato de discorrer sobre tema pouco estudado nas pesquisas acadêmicas; mas, principalmente, por mencionar a transcrever relevantes instrumentos legais exarados pelos órgãos do Ministério da Educação nas diferentes situações e, também, em expor, com objetividade as consequências daí advindas.

Sem dúvida, ao lado do livro clássico de Celso Suckow da Fonseca, "História do Ensino Industrial do Brasil", tornar-se-á, com toda a certeza, uma referência freqüente para os investigadores do assunto.

Apenas um reparo. Embora a qualidade do livro o recomende para ser uma menção quase obrigatória para os pesquisadores deste tema, o signatário é de parecer que o título não condiz com o seu conteúdo. A obra deveria ser denominada "100 Anos de ensino profissional industrial no Brasil", porquanto dois importantes segmentos do ensino profissional: o agrotécnico e o comercial merecem muito reduzida atenção no desenvolvimento dos assuntos abordados.

Osvaldo Vieira do Nascimento é alagoano de nascimento. Graduou-se em

Engenharia Elétrica na Universidade do Brasil, mestre em Ciências pela Oklahoma State University (nos Estados Unidos) e primeiro doutor brasileiro em Educação Tecnológica pela mesma instituição. Como docente, aposentou-se como professor adjunto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Rio de Janeiro. Foi analista sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Exerceu diversos cargos no Ministério da Educação, destacando-se: o de coordenador dos cursos superiores de tecnologia da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica. Exerce, desde o ano de 2000, o cargo de diretor acadêmico da Faculdade de Tecnologia Internacional (do Grupo Educacional Uninter). Participou de congressos e eventos dessa área no País e no exterior. Escreveu várias obras sobre educação técnica e tecnológica, além de numerosos artigos.